

## **REQUERIMENTO N º 11, DE 2016 – CRE**

Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater o endividamento do Brasil perante organismos, entidades e fundos internacionais, bem como a criação da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi), criada para avaliar o montante dessa dívida e o futuro do país nessas instituições.

Para tanto, recomendamos a presença dos seguintes convidados:

- **Francisco Gaetani** – Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- **Sérgio França Danese** – Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores;
- **Rubens Barbosa** – Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP;
- **Oliver Stuenkel** – Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

### **JUSTIFICATIVA**

No dia 10 de fevereiro deste ano, o governo federal editou o Decreto nº 8.666, instituindo a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais – Cipoi, órgão consultivo para apurar a situação financeira e orçamentária do Brasil em organismos, entidades e fundos internacionais.

Em outras palavras, a Comissão, composta por representantes da Casa Civil e dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e das Relações Exteriores, foi criada com o intuito de verificar a dívida do país e manifestar-se, inclusive, sobre o "desligamento" do Brasil dessas instituições e as "propostas de alteração do valor das contribuições a esses organismos".

De acordo com o ofício nº 21347/2015, enviado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao Ofício nº 308/2015 direcionado por mim àquela pasta questionando acerca da participação do Brasil em organismos internacionais, a dívida total do nosso país junto a essas entidades, até final de 2015, encontrava-se na casa dos US\$ 2.141.015.106. Como pudemos verificar, o maior montante era junto às maiores e “mais importantes” organizações como OEA, MERCOSUL, ONU, OMS, OIT, AIEA, TPI, etc.

Os atrasos nos pagamentos geram embaraços à nossa diplomacia. Sofremos ameaças de punição, sanção e, segundo apurou o jornal “Folha de São Paulo”, na avaliação de funcionários desses organismos e de analistas, isso já começa a reduzir o espaço político do país no cenário internacional. O que se pretende com o Decreto é, em última análise, cortar os custos da presença do Brasil no mundo.

Contudo, precisamos debater nessa Comissão a que preço virá a escolha do governo em cortar esse tipo de despesa para cobrir os déficits provocados pela incompetência, má gestão e corrupção.

Como bem apontou o diplomata Alexandre Vidal Porto em seu artigo intitulado “Pedalada Internacional”, publicado na “Folha”, em 16 de fevereiro do corrente ano, a economia do governo não pode ameaçar a articulação do país mundo afora, desconsiderando os valores políticos e imateriais relacionados à participação brasileira em organismos internacionais.

Alexandre anota, ainda, que “as dívidas em atraso são obrigações legais, aprovadas pelo Congresso e incluídas na Lei do Orçamento Nacional, são leis e têm de ser cumpridas. A eterna postergação

do pagamento das contribuições, como se faz, é **pedalada internacional** à custa da imagem do país.”

Ademais, ainda que bem sucedida nos cortes, creio que a medida terá impacto marginal, uma vez que as maiores dívidas são junto a organismos com muita relevância. Além disso, paira a dúvida: como iremos sair de alguns órgãos dando calote?

Para debatermos questões tão importantes quanto caras ao Brasil é que peço aos meus pares a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 03 de março de 2016.

Senador **RICARDO FERRAÇO**